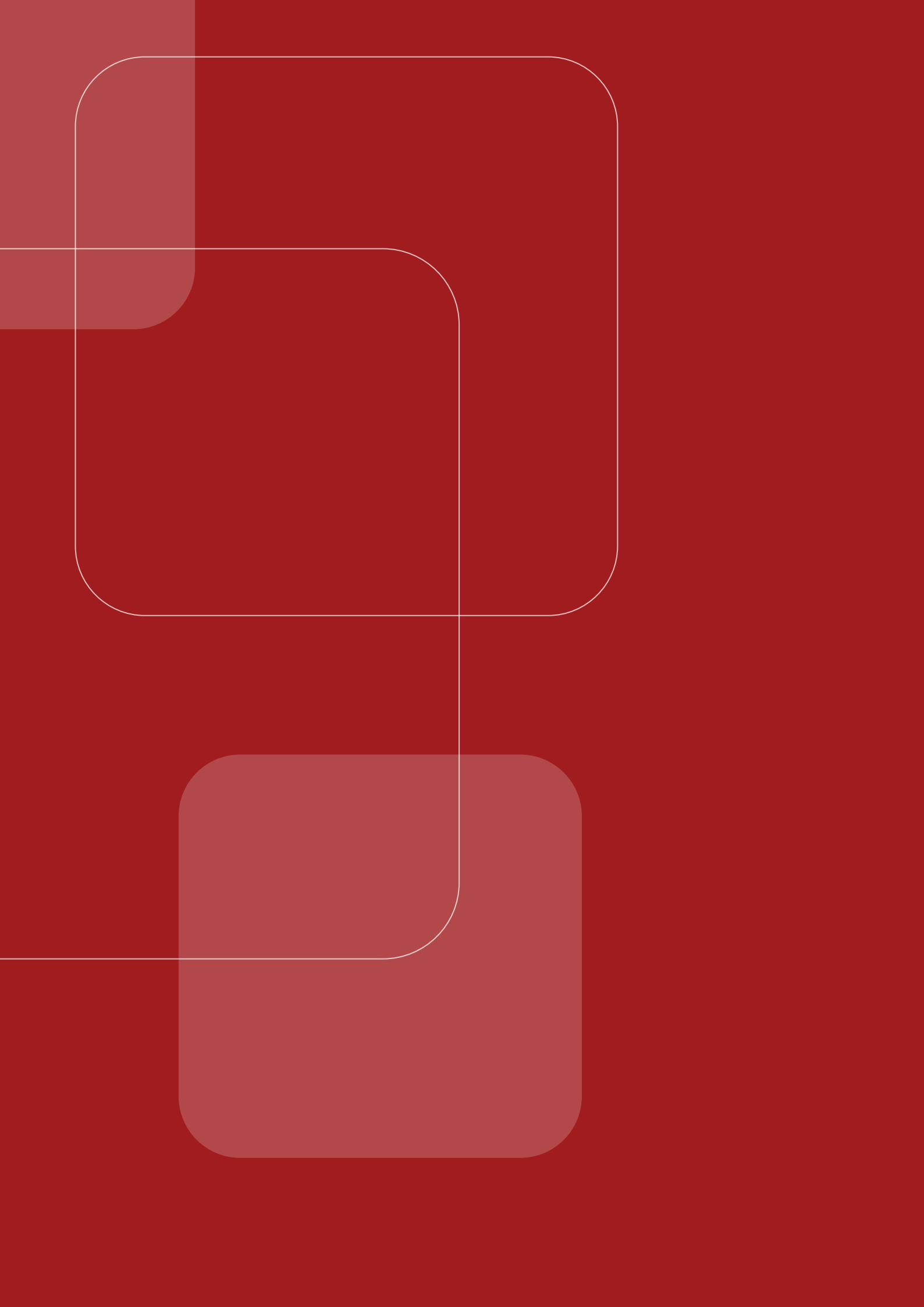


Manual de
Organização dos
Processos Formativos
para a Política
Nacional de Atenção
às Pessoas Egressas
do Sistema Prisional

SÉRIE FAZENDO JUSTIÇA | COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS





SÉRIE FAZENDO JUSTIÇA

COLEÇÃO POLÍTICA PARA PESSOAS EGRESSAS

Manual de
Organização dos
Processos Formativos
para a Política
Nacional de Atenção
às Pessoas Egressas
do Sistema Prisional





Esta obra é licenciada sob uma licença *Creative Commons* - Atribuição-Não Comercial-Sem Derivações. 4.0 Internacional.

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação (CIP)

B823m

Brasil. Conselho Nacional de Justiça.

Manual de organização dos processos formativos para a política nacional de atenção às pessoas egressas do sistema prisional [recurso eletrônico] / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Secretaria Nacional de Políticas Penais ; coordenação de Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi ... [et al.]. Brasília : Conselho Nacional de Justiça, 2023.

Inclui bibliografia.

38 p. : tabs. (Série Fazendo Justiça. Coleção política para pessoas egressas). Versão PDF.

Disponível, também, em formato impresso.

ISBN 978-65-5972-556-4

ISBN 978-65-88014-04-2 (Coleção)

1. Processo formativo. 2. Egressos do sistema prisional. 3. Reintegração social. 4. Política prisional. I. Título. II. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. III. Secretaria Nacional de Políticas Penais. IV. Lanfredi, Luís Geraldo Sant'Ana (Coord.). V. Série.

CDU 343

CDD 345

Bibliotecário: Phillipe de Freitas Campos | CRB1 3282

Coordenação Série Fazendo Justiça: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi; Natalia Albuquerque Dino de Castro e Costa; Renata Chiarinelli Laurino; Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Débora Neto Zampier

Elaboração: Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Juliana Garcia Peres Murad; Sandra Regina Cabral de Andrade; Natália Vilar Pinto Ribeiro

Revisão técnica: Melina Machado Miranda; Alessandra Amâncio Barreto

Apoio: Comunicação Fazendo Justiça

Diagramação: Gráfica e Editora Ideal Eireli

Revisão: Tikinet Edição

Fotos: Adobe Stock; CNJ; TJTO

APRESENTAÇÃO

A construção de uma sociedade justa, livre e solidária, conforme expresso em nossa Constituição Federal, exige que compreendamos a garantia de direitos para além da retórica, especialmente em um país de tantas desigualdades. Desaguadouro de disfunções sistêmicas, os ambientes de privação de liberdade abrigam sujeitos de direito que um dia retornarão ao convívio social, e cabe a nós garantirmos uma responsabilização proporcional, com dignidade na privação ou restrição de liberdade, além de oferecermos cidadania e oportunidades para que o ciclo penal e o ciclo socioeducativo cumpram seu papel.

Cuidar da privação de liberdade é um ganho duplo para a magistratura, pois enquanto priorizamos a dignidade da pessoa humana enquanto direito absoluto, qualificamos a prestação jurisdicional. Melhorar a oferta de serviços à população, de forma alinhada ao conceito de 'CNJ raiz' que defendi ao assumir a presidência desta Casa, envolve não apenas garantir a correta aplicação das leis, mas buscar racionalidade nos gastos públicos e apresentar respostas aos anseios da sociedade por um país mais seguro, desenvolvido e inclusivo.

É nesse contexto que damos sequência à série de ações trabalhadas em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e outras dezenas de parceiros para qualificar respostas no campo penal e no campo socioeducativo. A presente publicação soma-se a um vasto catálogo de publicações técnicas que reúnem conhecimento teórico e orientações com possibilidade de aplicação imediata para os diversos atores envolvidos nos sistemas de Justiça e de garantia de direitos.

Este Manual de Organização dos Processos Formativos é mais um instrumento para a implementação de uma Política Nacional Judiciária de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, regulamentada pela Resolução CNJ N° 307/2019, que prevê importante atuação dos Escritórios Sociais no atendimento a esse público e seus familiares.

A racionalização e organização dessa oferta de cursos permite estipular os requisitos prioritários para a capacitação de equipes em todas as fases. Ordena o planejamento de atividades e ações desde o módulo inicial até a formação específica para magistrados, passando pelos cursos de atualização e aprimoramento. Com isso, sistematiza os parâmetros do CNJ para disseminar as metodologias dos Escritórios Sociais por meio de cursos ministrados nos territórios ou em formato EaD.

Rosa Weber

Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça

CNJ (Conselho Nacional de Justiça)

Presidente: Ministra Rosa Weber

Corregedor Nacional de Justiça: Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho

Mauro Pereira Martins

Richard Pae Kim

Salise Monteiro Sanchotene

Marcio Luiz Coelho de Freitas

Jane Granzoto Torres da Silva

Giovanni Olsson

Sidney Pessoa Madruga

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim Rodrigues

Marcello Terto e Silva

Mário Henrique Aguiar Goulart Ribeiro Nunes Maia

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral: Gabriel Matos

Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Ricardo Fioreze

Diretor-Geral: Johaness Eck

Supervisor DMF/CNJ: Conselheiro Mauro Pereira Martins

Juiz Auxiliar da Presidência e Coordenador DMF/CNJ: Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Edinaldo César Santos Junior

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: João Felipe Menezes Lopes

Juiz Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Jônatas dos Santos Andrade

Juíza Auxiliar da Presidência - DMF/CNJ: Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Diretora Executiva DMF/CNJ: Renata Chiarinelli Laurino

Chefe de Gabinete DMF/CNJ: Carolina Castelo Branco Cooper

MJSP (Ministério da Justiça e Segurança Pública)

Ministro da Justiça e Segurança Pública: Flávio Dino de Castro e Costa

Secretário Nacional de Políticas Penais: Rafael Velasco Brandani

PNUD BRASIL (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

Representante-Residente: Katyna Argueta

Representante-Residente Adjunto: Carlos Arboleda

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni

Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Coordenadora-Geral (equipe técnica): Valdirene Daufemback

Coordenador-Adjunto (equipe técnica): Talles Andrade de Souza

Coordenador Eixo 3 (equipe técnica): Felipe Athayde Lins Melo

Coordenadora-Adjunta Eixo 3 (equipe técnica): Pollyanna Bezerra Lima Alves

SUMÁRIO

Introdução	8
1. Contextualização	10
2. PERCURSO FORMATIVO E CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS	14
2.1. Formação inicial – Módulo geral	13
2.2. Formação inicial – Módulo Específico para reordenamento institucional	14
2.3. Formação continuada – cursos de atualização	16
2.3.1. Curso de atualização I - Atualizações metodológicas gerais	17
2.3.2. Curso de atualização II - Atualizações metodológicas para mobilização de pré-egressos	17
2.3.3. Curso de atualização III - Atualizações metodológicas para singularização do atendimento	18
2.3.4. Curso de atualização IV - Atualizações metodológicas para mobilização de redes	19
2.4. Formação continuada – cursos de aprimoramento	19
2.4.1. Curso de aprimoramento I – Formação de formadores/as	19
2.4.2. Curso de aprimoramento II – Integração e diferenciação com outros serviços penais (EAPs, CIAPIS, APECS e CMEs)	23
2.4.3. Curso de aprimoramento III – Nova metodologia: Marcadores sociais das diferenças (raça e gênero)	23
2.4.4. Curso de aprimoramento IV – Nova metodologia: Enfrentamento ao estigma de pessoas egressas e familiares	24
2.4.5. Curso de aprimoramento V – Nova metodologia: Uso abusivo de álcool e outras drogas	25
2.4.6. Curso de aprimoramento VI – atendimentos virtuais e presenciais - uma necessária transição pós pandemia de COVID 19	26
2.5. Formação específica – curso para Magistrados/as e demais atores do Sistema de Justiça Criminal	27
Referências	28



INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O sistema prisional e o sistema socioeducativo do Brasil, historicamente, foram marcados por problemas estruturais graves, reforçados por responsabilidades difusas e pela ausência de iniciativas articuladas nacionalmente e fundadas em evidências e boas práticas. Foi essa premissa que levou o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio de seu Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF), a coordenar, a partir de janeiro de 2019, um dos programas mais arrojados já lançados no país para a construção de alternativas possíveis à cultura do encarceramento. Denominado **Justiça Presente**, na gestão do Ministro Dias Toffoli (2018-2020), o programa logrou articular um esforço interinstitucional inédito, com alcance sem precedentes, que só se tornou possível graças à parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) na execução das atividades em escala nacional, contando ainda com o importante apoio do Ministério da Justiça e Segurança Pública, na figura do Departamento Penitenciário Nacional (Depen). Com o início da gestão do Ministro Luiz Fux, em setembro de 2020, o programa foi aprimorado, passando a chamar-se **Fazendo Justiça**, numa perspectiva de reforçar as iniciativas já em curso e abranger novas áreas de atuação.

O Programa Fazendo Justiça se estrutura a partir de **quatro eixos principais de atuação**, sendo o primeiro relacionado à proporcionalidade penal; o segundo voltado ao sistema socioeducativo; o terceiro direcionado à promoção da cidadania e à garantia de direitos; e o quarto destinado a aprimorar os sistemas de informação e promover a identificação e documentação civil das pessoas privadas de liberdade.

Este **Manual de Organização dos Processos Formativos para a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional** se insere no **Eixo 3 do Programa Fazendo Justiça**. Trata-se de mais um instrumento para apoiar os Escritórios Sociais (ES) implementados a partir da atuação do Conselho Nacional de Justiça no fomento de uma **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**, cujas responsabilidades, no âmbito do Poder Judiciário, estão regulamentadas pela **Resolução CNJ N° 307, de 17 de dezembro de 2019**.



CONTEXTUALIZAÇÃO

1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O **Escritório Social** é um equipamento público de gestão compartilhada entre os Poderes Judiciário e Executivo que centraliza as ações de atenção às pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares, sendo responsável por realizar o acolhimento e encaminhamento dos/as usuários/as para as políticas públicas existentes, articulando uma política intersetorial e interinstitucional de inclusão social que demanda iniciativas de diferentes políticas públicas estaduais e municipais, sistemas e atores da sociedade civil. Dentre as inovações dos Escritórios Sociais estão as metodologias de mobilização de pessoas pré-egressas, de singularização do atendimento e de mobilização de redes.

Em 2016, o CNJ, sob a presidência do Ministro Ricardo Lewandowski, inaugurou o **primeiro Escritório Social**, um equipamento público que já se diferenciava das demais iniciativas de atenção à pessoa egressa existentes em outras localidades¹ exatamente por promover uma ação intersetorial e interinstitucional, viabilizando a articulação do Poder Judiciário com os demais Poderes e com a sociedade civil organizada. Esse equipamento público, por sua vez, ganhou novo impulso com o Programa Fazendo Justiça, chegando, no período **de 2019 a junho 2022**, à marca de trinta e seis **Escritórios Sociais que assinaram o Termo de Cooperação Técnica em vinte e duas unidades federativas**. Além disso, por meio da **articulação com o Departamento Penitenciário Nacional**, foram firmados convênios, em 2019 e 2020, para o **financiamento de vinte e três projetos de atenção à pessoa egressa**, sendo que a maioria se destina à implantação de Escritórios Sociais. A parceria entre o Fazendo Justiça, a Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal e a Universidade de Brasília permitiu desenvolver e lançar, em vinte de abril de 2021, o aplicativo **Escritório Social Virtual**², por meio do qual as pessoas egressas e seus familiares podem acessar informações sobre serviços e políticas públicas, cursos de qualificação profissional, situação processual, entre outros, numa integração com o **SEEU – Sistema Eletrônico de Execução Unificado**.

A disseminação de uma rede nacional de serviços de atenção para pessoas egressas fez emergir uma forte **demand a por processos formativos** para os/as servidores/as, em especial, o que se justifica também pela ausência, no Brasil, de carreiras e cursos específicos para profissionais direcionados a essa área de atuação³.

Por esta razão, apenas no ano de 2019, os processos de capacitação realizados pelo CNJ envolveram mais de 350 pessoas, contemplando as 27 Unidades da Federação e abrangendo representantes dos Poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e da sociedade civil. Já no ano de 2020, mesmo

1 Para um panorama dessas iniciativas, ver CNJ (2020).

2 O app Escritório Social Virtual está disponível para download nas lojas virtuais dos sistemas IOs e Android.

3 Sobre esse assunto, ver Melo e Daufemback (2018) e Melo (2020).

com as limitações advindas pela pandemia da Covid-19, processos formativos foram destinados às equipes e aos atores envolvidos na implementação dos Escritórios Sociais de diversos entes federativos. Essas capacitações ocorreram de forma remota e síncrona, com o objetivo de apresentar as metodologias específicas dos Escritórios Sociais e auxiliar no processo de implementação dos serviços, possibilitando um espaço de diálogo e troca de saberes e experiências.

Ademais, para facilitar a disseminação das metodologias e instrumentalizar os processos formativos, em dezembro de 2020 foram lançados, no âmbito da Série Justiça Presente, os **Cadernos de Gestão dos Escritórios Sociais e a proposta de Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional**⁴, que se voltam aos serviços – estaduais ou municipais; públicos, privados ou da sociedade civil; do Poder Judiciário ou do Executivo – que se destinam ao **atendimento de pessoas pré-egressas e egressas e seus familiares**.

Por fim, foi elaborado o **Curso de Introdução às Metodologias dos Escritórios Sociais**, na modalidade EaD (Ensino à Distância), **em parceria com a Kroton Educacional e a Fundação Pitágoras**, com a carga horária total de doze horas, e disponibilizado por meio da Plataforma Aliança Brasileira pela Educação⁵, o que permite ampliar a capacidade de disseminação das metodologias do Escritório Social, além de possibilitar que as equipes e demais atores realizem seus processos formativos de forma autônoma e continuada.

A experiência na organização e execução desses processos formativos gerou a necessidade de racionalizar e organizar a oferta de cursos para as equipes de servidores/as, gestores/as dos serviços e demais interlocutores envolvidos na atenção às pessoas egressas, buscando um maior aproveitamento das ações e potencialização dos resultados esperados.

Dessa forma, o presente **Manual de Organização dos Processos Formativos para a Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional** busca apresentar os parâmetros de atuação do Conselho Nacional de Justiça para, **avaliada a pertinência e viabilidade organizacional**, instruir a oferta destes cursos, seja pela equipe do Programa Fazendo Justiça, seja por outros/as formadores/as que venham a ser qualificados para tal finalidade, durante o biênio 2022-2023.

4 As publicações estão disponíveis em <https://www.cnj.jus.br/sistema-carcerario/publicacoes-e-relatorios/>; acesso em 17/02/2021.

5 <https://aliancapelaeducacao.com.br/>



PERCURSO
FORMATIVO
E CONTEÚDOS
PROGRAMÁTICOS

2 PERCURSO FORMATIVO E CONTÉUDOS PROGRAMÁTICOS

2.1. Formação inicial – Módulo geral

A primeira fase do processo formativo refere-se ao curso na modalidade EaD, ofertado por meio da plataforma Aliança Brasileira pela Educação, e contempla uma visão geral das metodologias dos Escritórios Sociais, da gestão e implementação do serviço, da Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, dos princípios éticos do trabalho dos Escritórios Sociais, dentre outros aspectos abordados no *Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais* - https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/mges_eletronico.pdf.

Trata-se de etapa introdutória que deverá ser realizada por todos/as os/as envolvidos/as nas atividades do Escritório Social, incluindo gestores/as, membros das equipes multidisciplinares, rede parceira das variadas políticas públicas, sociedade civil organizada, profissionais das unidades prisionais e das escolas da magistratura ou de serviços penais envolvidos na implementação e disseminação das metodologias dos Escritórios Sociais. **O curso tem oferta permanente e não há limite de alunos/as.**

Nessa primeira fase do processo formativo pode, ainda, ser incluída com um encontro não presencial, síncrono, realizado com a equipe do DMF/CNJ, tendo como finalidade garantir um momento dialógico – de esclarecimento de dúvidas e sobre a aplicabilidade das metodologias. Neste caso, a realização do encontro presencial deve ser solicitada pela equipe de gestão do Escritório Social⁶, seguindo os procedimentos descritos neste Manual e contando com um mínimo de cinco participantes. O DMF/CNJ avaliará a solicitação quanto à pertinência e à viabilidade do encontro.

Modalidade: Plataforma Virtual – Curso EaD – site da Aliança Brasileira pela Educação (<https://aliancapelaeducacao.com.br>)⁷, com a possibilidade de complementação com encontro síncrono com formadores/as do DMF/CNJ ou convidados/as.

Carga horária: 12h.

Docência: Equipe do DMF e/ou convidados/as especialistas.

⁶ Ver seção “solicitação do processo formativo – passo a passo”, adiante.

⁷ Ao acessar o site, deve-se seguir o caminho “Cursos de capacitação”. O/a usuário/a será direcionado/a para o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), onde deverá realizar o cadastro de usuário e senha para login. Após o cadastro, o/a usuário/a terá acesso ao portfólio de cursos disponíveis, devendo localizar o Curso de Introdução às Metodologias do Escritório Social.

Finalidade: O curso *Formação Inicial* - EaD busca proporcionar aos alunos/as os conhecimentos gerais sobre as metodologias dos Escritórios Sociais, de tal forma que auxilie as equipes e a gestão na execução de suas atribuições e responsabilidades.

2.2. Formação inicial – Módulo Específico para reordenamento institucional

O módulo específico de formação inicial é direcionado aos serviços de atenção às pessoas egressas (Patronatos e outros serviços) que queiram incorporar as metodologias do Escritório Social, o que demanda adaptação às metodologias, aprofundamento dos conhecimentos desenvolvidos no curso de formação inicial (EaD) e desenvolvimento de conteúdos ligados diretamente aos atendimentos, gestão e funcionamento. É direcionado às equipes e aos/as gestores/as daqueles equipamentos, e tem como pré-requisito a apresentação do certificado de conclusão do curso EaD (formação inicial – módulo geral).

Modalidade: aulas EaD síncronas ou presenciais.

Carga horária: 14h.

Equipe responsável: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	O Conselho Nacional de Justiça e sua incidência no fomento da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional, no âmbito do Poder Judiciário. As práticas tradicionais dos serviços de atenção à pessoa egressa.	Apresentação da questão prisional no Brasil e do Programa Fazendo Justiça no fomento à Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional. A trajetória do atendimento à pessoa egressa no Brasil e a Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.
2h	O reordenamento dos patronatos diante da Resolução nº. 307/2019 e dos princípios éticos e das metodologias do Escritório Social.	O Escritório Social como equipamento inovador na área e os princípios éticos que embasam a metodologia do Escritório Social.

2h	Orientações e pressupostos para alinhamento dos serviços às metodologias do Escritório Social: concepção, metodologias, fluxos e ações de reordenamento.	<ul style="list-style-type: none"> • Sobre as etapas de organização da metodologia; • Diagnóstico situacional para reordenamento institucional; • Articulações necessárias; • Planejamento do reordenamento – estrutura, insumos e funcionamento do serviço; • Funções da equipe interdisciplinar, da coordenação e da área administrativa; • Processos formativos continuados; • Monitoramento e avaliação.
4h	Incorporação das metodologias dos Escritórios Sociais.	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização de pré-egressos; • Singularização do atendimento; • Análise das redes sociais; • Matriciamento/encaminhamentos - acompanhamento e resultados; • Busca ativa; • Ações de qualificação e inserção laboral; • Sistemas, registros e produção de documentos técnicos e institucionais; • Incidência do Escritório Social na implementação de uma rede de proteção social local aos/às usuários/as. • Mobilização das Redes.
2h	Interseccionalidade e marcadores sociais das pessoas egressas.	<p>A seletividade penal e as opressões de raça, etnia, classe e gênero, entre outras.</p> <p>Interseccionalidade e os marcadores sociais das pessoas egressas.</p>
2h	O estigma e o atendimento às pessoas egressas e seus familiares.	<p>Resultados da Síntese de Evidências “Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias”⁸ e suas relações com o atendimento no Escritório Social.</p> <p>Avaliação do curso.</p>

2.3. Formação continuada – cursos de atualização

Os cursos de formação continuada podem ser realizados presencialmente ou à distância, de modo síncrono, e são direcionados ao aperfeiçoamento das práticas realizadas pelas equipes, objetivando o aprimoramento das rotinas, fluxos e intervenções, bem como, o desenvolvimento de competências profissionais (gerais, gerenciais e técnicas). Por esta essa razão, seus conteúdos deverão ser organizados de acordo com as necessidades indicadas pelo/a requerente.

8 https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf

2.3.1. Curso de atualização I - Atualizações metodológicas gerais

É destinado aos Escritórios Sociais já implantados que demandam atualizações, visando ao aprofundamento da metodologia ou o desenvolvimento de outros temas, ligados aos atendimentos, gestão, fluxos, implementação e funcionamento da rede intersetorial, dentre outros. É um módulo complementar ao conteúdo do curso de Formação Inicial, sendo este pré-requisito aos cursistas.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
1h	Apresentação das etapas de organização da Metodologia: diagnóstico situacional (atendimento e fluxos) e as metodologias desenvolvidas.	Apresentação das ações realizadas pela equipe e discussão das metodologias. Processo de implementação e funcionamento das Metodologias do Escritório Social.
1h	Estudo de casos.	Apresentação das equipes de casos – boas práticas e casos complexos/sensíveis – mantendo o anonimato e o sigilo dos usuários.
2h	Roda de conversa para avaliação da equipe docente e incremento de conteúdos ligados a diversidades; marcadores sociais, interseccionalidade, fomento da rede local e participação social.	Discussão e elaboração sobre o aprimoramento de processos de planejamento do serviço; estrutura e funcionamento; funções da equipe interdisciplinar; da coordenação e da área administrativa. Desenvolvimento de conteúdos ligados a diversidades, marcadores sociais, interseccionalidade, fomento da rede local e participação social.

2.3.2. Curso de atualização II - Atualizações metodológicas para mobilização de pré-egressos

É destinado aos Escritórios Sociais já implantados que demandam atualizações específicas da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas. É um módulo complementar ao conteúdo do curso de Formação Inicial, sendo este pré-requisito aos cursistas.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
1h	Metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas e a participação do trabalho das equipes dos Escritórios Sociais: planejamento local e diagnóstico situacional.	Processo de implementação e funcionamento das metodologias do Escritório Social. O papel das equipes dos Escritórios Sociais na implementação das metodologias de mobilização de pessoas pré-egressas.
1h	As oficinas temáticas, o plano individual e o mapa de saída.	Discussão sobre o aproveitamento da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas no âmbito dos Escritórios Sociais.
2h	Estudo de caso sobre a metodologia de pré-egresso e sua incidência no Escritório Social.	Apresentação das equipes de casos – boas práticas e casos complexos/sensíveis e etapas de sua implementação..

2.3.3. Curso de atualização III - Atualizações metodológicas para singularização do atendimento

É destinado aos Escritórios Sociais já implantados que demandam por atualizações específicas relacionados à metodologia de singularização do atendimento. É um módulo complementar ao conteúdo do curso de Formação Inicial, sendo este pré-requisito aos cursistas.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
1h	As trajetórias da pessoa em privação de liberdade e egressa.	Processo de implementação e funcionamento da Metodologia de Singularização do Atendimento nos Escritórios Sociais.
1h	O projeto singular integrado e o matriciamento.	Instrumento de Singularização: orientações e utilização no âmbito dos Escritórios Sociais.
2h	Apresentação das ações realizadas pelas equipes e discussão de casos.	Apresentação de casos práticos pelas equipes técnicas – boas práticas e casos complexos/sensíveis – mantendo o anonimato e o sigilo dos usuários.

2.3.4. Curso de atualização IV - Atualizações metodológicas para mobilização de redes

É destinado aos Escritórios Sociais já implantados que demandam atualizações específicas da metodologia de mobilização de redes. É um módulo complementar ao conteúdo do curso de Formação Inicial, sendo este pré-requisito aos cursistas.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
1h	A metodologia de mobilização das Redes.	A metodologia de mobilização de Ativos como parte da metodologia de singularização de atendimento.
1h	Redes: formação, manutenção, monitoramento e avaliação das ações. Fomento da rede local e participação.	Desenvolvimento da rede local e participação social.
2h	A experiência de mapeamento de ativos e de mobilização de Redes nos Escritórios Sociais.	Diagnóstico situacional dos equipamentos em relação ao mapeamento de ativos e à mobilização de redes. Apresentação de boas práticas e casos complexos/sensíveis sobre mapeamento de ativos e mobilização de redes.

2.4. Formação continuada – cursos de aprimoramento

2.4.1. Curso de aprimoramento I – Formação de formadores/as

Tem como objetivo capacitar as equipes e demais atores interessados envolvidos com a temática para disseminação do conteúdo dos Escritórios Sociais. É destinado aos/às profissionais dos Escritórios Sociais e de outros serviços de atendimento à pessoa egressa, servidores/as públicos/as e professores/as. É um módulo de formação avançada que pressupõe não apenas a conclusão do curso de formação inicial, mas a experiência prévia com mobilização social e processos de formação de adultos.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 26h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
3h	Passado e presente: pessoas privadas de liberdade e egressas no Brasil.	Ambiguidades entre a lei e a realidade no sistema carcerário. A seletividade penal no Brasil e o perfil das pessoas privadas de liberdade. A trajetória da assistência à pessoa egressa no Brasil. O fomento à Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, o CNJ e a Resolução CNJ 307/2019.
3h	A Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus desdobramentos.	Os princípios da Política de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. As diretrizes da Política de Atenção a Pessoas Egressas do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário. O papel do Escritório Social nas ações de atenção às pessoas egressas. A implementação dos Escritórios Sociais e o atendimento realizado – a importância da “grade de atividades” e transparência na oferta de ações.
3h	Marcadores sociais, interseccionalidade e diversidades no atendimento à pessoa egressa.	Consequências do processo de encarceramento, marcadores sociais da pessoa egressa e interseccionalidade. O olhar para as diversidades no atendimento à pessoa egressa do sistema prisional.
3h	Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional.	Apresentação dos resultados da síntese de evidências “Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias” e suas implicações no atendimento à pessoa egressa.

3h	As metodologias dos Escritórios Sociais - Metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas.	<p>A Metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas e os princípios que embasam as ações propostas.</p> <p>Reconhecimento da pessoa pré-egressa como sujeito de direitos.</p> <p>Perspectiva de rede contraposta às práticas endógenas e isoladas e instituições implicadas.</p> <p>Implementação das ações.</p> <p>Organização da metodologia.</p> <p>Diagnóstico situacional.</p> <p>Elaboração do planejamento local e o atendimento direto.</p> <p>Ingresso no atendimento; Plano Individual de Saída; Mapa de Saída; oficinas temáticas.</p> <p>Atividades complementares.</p> <p>Monitoramento e supervisão da prática</p> <p>Registro das atividades em geral e dos atendimentos individuais – a questão do sigilo.</p>
4h	As metodologias dos Escritórios Sociais - singularização do atendimento e suas bases conceituais.	<p>A perspectiva crítica dos instrumentos de classificação das pessoas privadas de liberdade e a contribuição da abordagem sociológica.</p> <p>Análise de Redes Sociais (ARS) e matriciamento para a gestão prisional.</p> <p>Tipos de redes sociais e esferas de sociabilidade.</p> <p>Redes coletivas e redes pessoais.</p> <p>Trajétórias e sociabilidades de indivíduos em privação de liberdade – analisando trajetórias e esferas de sociabilidade.</p> <p>Matriciamento em gestão prisional.</p> <p>A singularização do atendimento e orientações para utilização do Instrumento de Singularização.</p> <p>O Projeto Singular Integrado como produto do matriciamento em gestão prisional.</p> <p>Mobilização de redes</p>

3hs	O Escritório Social: implementação e funcionamento.	<p>Compreendendo o Escritório Social e suas bases conceituais e princípios éticos.</p> <p>Compreendendo as Etapas para Implementação do Escritório Social.</p> <p>Manifestação de Interesse ao DMF/CNJ.</p> <p>Processo de planejamento do serviço.</p> <p>Definição de partícipes e envio de minuta de Termo de Cooperação Técnica.</p> <p>Elaboração de plano de trabalho.</p> <p>O Escritório Social em funcionamento e suas bases metodológicas.</p> <p>Fluxos de atendimento e atividades do Escritório Social.</p> <p>Registro das atividades.</p> <p>Avaliação e monitoramento das práticas.</p> <p>Formas de comunicação social.</p> <p>Articulação com outras experiências de atendimento à pessoa egressa.</p> <p>Processos de formação e capacitação.</p>
2h	Educação não formal: princípios e estilos do processo de ensino e aprendizagem.	<p>O campo e as demandas da educação não formal no universo das práticas educativas: metas, lacunas e metodologias.</p> <p>O educador social e a emancipação sociopolítica, econômica e cultural de grupos.</p> <p>Práticas pedagógicas e processo de ensino-aprendizagem: métodos tradicionais, metodologias participativas.</p>
2h	Avaliação	Avaliação do processo ensino-aprendizagem e avaliação do processo formativo.

2.4.2. Curso de aprimoramento II – Integração e diferenciação com outros serviços penais (EAPs, CIAPIS, APECS e CMEs)

Tem como objetivo disseminar conteúdos específicos para qualificar o funcionamento dos Escritórios Sociais. É destinado aos profissionais dos Escritórios Sociais e de outros serviços de atendimento à pessoa egressa e demais atores envolvidos com as metodologias dos Escritórios Sociais.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
1h	A Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus desdobramentos.	O fomento à Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional, o CNJ e a Resolução CNJ 307/2019. O Escritório Social nas ações de atenção às pessoas egressas: bases principiológicas do seu funcionamento.
3h	Integração e diferenciação entre os escritórios sociais e EAP; CIAP; APEC e CME.	Diferenciando os Escritórios Sociais dos demais serviços. Caracterização e funcionamento do Serviço de Avaliação e Acompanhamento das Medidas Terapêuticas Aplicáveis à Pessoa com Transtorno Mental em Conflito com a Lei (EAP) e sua integração com os Escritórios Sociais e suas metodologias; Caracterização e funcionamento da Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP) e sua diferenciação e interação com os Escritórios Sociais e suas metodologias; Caracterização e funcionamento do Serviço de Atendimento às Pessoas Custodiadas (APEC) e sua diferenciação e interação com os Escritórios Sociais e suas metodologias; Caracterização e funcionamento da Central de Monitoração Eletrônica (CME) e sua diferenciação e interação com os Escritórios Sociais e suas metodologias.

2.4.3. Curso de aprimoramento III – Nova metodologia: Marcadores sociais das diferenças (raça e gênero)

Tem como objetivo disseminar conteúdos específicos para qualificar o atendimento e funcionamento dos Escritórios Sociais. É destinado aos/às profissionais dos Escritórios Sociais, de outros serviços de atendimento à pessoa egressa e demais atores envolvidos nas metodologias dos Escritórios Sociais.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 6h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	A Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e seus desdobramentos.	Perseguição histórica a populações vulnerabilizadas e marginalizadas. Desigualdades e seletividade penal. Raça e gênero na Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional e na Resolução CNJ 307/2019: incidência nos Escritórios Sociais.
2h	Racismo, marcadores sociais da diferença, interseccionalidade – rebatimentos no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais.	Racismo estrutural e institucional – rebatimentos na reinserção social de pessoas egressas. Marcadores sociais da diferença – adicionando lentes na leitura do social – rebatimentos no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais. O conceito de interseccionalidade – rebatimentos no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais; Direitos, cidadania e equidade nas políticas públicas.
2h	Intersecções com outros segmentos vulnerabilizados	Abordagem das intersecções entre a seletividade penal e as populações migrantes, indígenas, LGBTQIA+ e outras.

**2.4.4. Curso de aprimoramento IV – Nova metodologia:
Enfrentamento ao estigma de pessoas egressas e familiares**

Tem como objetivo disseminar conteúdos específicos para qualificar o atendimento e funcionamento dos Escritórios Sociais. É destinado aos/às profissionais dos Escritórios Sociais, de outros serviços de atendimento à pessoa egressa e demais atores envolvidos nas metodologias dos Escritórios Sociais.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	Os impactos negativos do estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias.	Manifestações do estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias: causas, consequências e tipos de intervenções para o seu enfrentamento.
2h	Intervenções comunitárias, educativas, promoção de contato entre pessoas estigmatizadas e a população em geral e outras ações: aprendizados possíveis.	Resultado da síntese de evidências “Enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias” e rebatimentos no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais.

2.4.5. Curso de aprimoramento V – Nova metodologia: Uso abusivo de álcool e outras drogas

Tem como objetivo disseminar conteúdos específicos para qualificar o atendimento e funcionamento dos Escritórios Sociais. É destinado aos/às profissionais dos Escritórios Sociais, de outros serviços de atendimento à pessoa egressa e demais atores envolvidos nas metodologias dos Escritórios Sociais.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 6h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	Abuso de álcool e outras drogas: incidência dos Escritórios Sociais no tema.	Reflexões sobre o tema – álcool e outras drogas: uso, abuso e dependência. O direito à saúde e as vulnerabilidades sociais interseccionadas ao uso de drogas. A questão do estigma e estereótipos associados ao uso de drogas. Direitos humanos e uso de drogas.
2h	Atenção integral à saúde, uso, abuso e dependência de drogas.	A rede de assistência à saúde integral às pessoas com dependência de drogas: das UBS aos CAPS-AD. Recursos comunitários de enfrentamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas. Abordagem familiar – risco e proteção. Atuação das equipes de saúde no âmbito prisional e interlocução com a metodologias de pessoas pré-egressas. Referenciamento pelos Escritórios Sociais às políticas de saúde para encaminhamento voluntário das pessoas egressas.
2h	Os Escritórios Sociais e a promoção do direito à saúde integral e cidadania às pessoas egressas que fazem uso de álcool e outras drogas.	Promoção ao direito à saúde e cidadania às pessoas pré-egressas, egressas e seus familiares: abordagem intersetorial e incidência do tema no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais.

2.4.6. Curso de aprimoramento VI – atendimentos virtuais e presenciais - uma necessária transição pós pandemia de COVID 19

Tem como objetivo disseminar conteúdos específicos para qualificar modalidades de atendimento e funcionamento híbrido dos Escritórios Sociais. É destinado aos/às profissionais dos Escritórios Sociais, de outros serviços de atendimento às pessoas egressas e demais atores envolvidos nas metodologias dos Escritórios Sociais.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 4h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	Covid-19 e vulnerabilidades sociais: interfaces com a questão prisional e o atendimento à pessoa egressa e suas famílias.	A pandemia de covid-19 e o aprofundamento das desigualdades e vulnerabilidades sociais: interlocução com o sistema prisional e com o atendimento à pessoa egressa e suas famílias. Atendimentos presenciais e atendimentos remotos. Recomendações e orientações do CNJ.
2h	Políticas de cidadania e garantia dos direitos às pessoas privadas de liberdade e egressas.	Promoção dos direitos das pessoas pré-egressas, egressas e seus familiares: abordagem intersetorial no planejamento, funcionamento e aplicação das metodologias dos Escritórios Sociais. Atuação do Judiciário para garantia de direitos por meio das políticas públicas de cidadania.

2.5. Formação específica – curso para Magistrados/as e demais atores do Sistema de Justiça Criminal

Tem como objetivo disseminar o modo de gestão, funcionamento e metodologias dos Escritórios Sociais. É destinado aos magistrados/as e demais atores do sistema de Justiça criminal.

Modalidade: aulas síncronas ou presenciais.

Carga horária: 2h.

Docência: Equipe do DMF/CNJ e/ou especialistas convidados/as.

Carga horária, temas e conteúdos sugeridos

Duração	Tema	Conteúdo sugerido
2h	O Conselho Nacional de Justiça e sua incidência no fomento de uma Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional no âmbito do Poder Judiciário.	Apresentação do Programa Fazendo Justiça e de seus eixos, e o fomento à Política de Atenção à Pessoa Egressa do Sistema Prisional, situando a importância do Escritório Social como equipamento inovador, embasado em metodologias específicas e princípios éticos – adesão voluntária e serviço de “portas abertas”. Resolução nº. 307/2019. Questões gerais sobre funcionamento, gestão e metodologias dos Escritórios Sociais: diferenciações com outros serviços e os resultados buscados.

REFERÊNCIAS

- BOEIRA Laura S. [et.al]. **Síntese de evidências: enfrentando o estigma contra pessoas egressas do sistema prisional e suas famílias**. Brasília: Instituto Veredas, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/10/sinteseevidencias_estigma_setembro1.pdf Acesso em: 23/04/2021
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional [recurso eletrônico] / Departamento Penitenciário Nacional, Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi [et al.]**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Aten%C3%A7%C3%A3o-%C3%A0s-Pessoas-Egressas-do-Sistema-Prisional_eletronico.pdf Acesso em: 23/04/2021
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I [recurso eletrônico]: Guia para aplicação da metodologia de mobilização de pessoas pré-egressas / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi [et al.]**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020a. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Guia-para-Aplicacao_eletronico.pdf Acesso em: 23/04/2021
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II [recurso eletrônico]: Metodologia para a singularização do atendimento a pessoas em privação de liberdade e egressas do sistema prisional / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana Lanfredi [et al.]**. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020b. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Caderno-II-Singularizacao_eletronico.pdf Acesso em: 23/04/2021
- CNJ, Conselho Nacional de Justiça. **Caderno de gestão dos escritórios sociais III [recurso eletrônico]: Manual de gestão e funcionamento dos escritórios sociais / Conselho Nacional de Justiça, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Departamento Penitenciário Nacional; coordenação de Luís Geraldo Sant’Ana**

Lanfredi [et al.]. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2020c. Disponível em: https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/mges_eletronico.pdf Acesso em: 23/04/2021

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal e o educador social**: atuação no desenvolvimento de projetos sociais. São Paulo: Cortez, 2010.

MELO, Felipe Athayde Lins de; DAUFEMBACK, Valdirene. **Modelo de gestão da política prisional. Iniciando uma conversa**. In: DE VITTO, Renato; DAUFEMBACK, Valdirene [org.]. Para além das prisões: reflexões e propostas para uma nova política penal no Brasil. Belo Horizonte: Letramento, 2018.

MELO, Felipe Athayde Lins de. **A burocracia penitenciária**. Estudo sobre a configuração da gestão prisional no Brasil. Col. Questões Penitenciárias. Curitiba: Brazil Publishing, 2020.

FICHA TÉCNICA

Departamento de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário e do Sistema de Execução de Medidas Socioeducativas (DMF/CNJ)

Juízes auxiliares da Presidência

Luís Geraldo Sant'Ana Lanfredi (Coordenador); Edinaldo César Santos Junior; João Felipe Menezes Lopes; Jônatas dos Santos Andrade; Karen Luise Vilanova Batista de Souza

Equipe

Alcineide Moreira Cordeiro; Alessandra Amâncio; Alexandre Padula Jannuzzi; Alisson Alves Martins; Ana Clara Rodrigues da Silva; Anália Fernandes de Barros; Andrea Vaz de Souza Perdigão; Ane Ferrari Ramos Cajado; Camila Curado Pietrobelli; Camilo Pinho da Silva; Caroline Xavier Tassarã; Carolini Carvalho Oliveira; Danielle Trindade Torres; Emmanuel de Almeida Marques Santos; Flavia Cristina Piovesan; Helen dos Santos Reis; Jehn Tupinambá Karipuna Monteiro; Jessica Sales Lemes; Joaquim Carvalho Filho; João Pedro Figueiredo dos Reis; Joseane Soares da Costa Oliveira; Karla Cariz Barreira Teodosio; Karla Marcovecchio Pati; Larissa Lima de Matos; Liana Lisboa Correia; Lino Comelli Junior; Luiz Victor do Espírito Santo Silva; Mariana Py Muniz; Melina Machado Miranda; Nayara Teixeira Magalhães; Natália Albuquerque Dino de Castro e Costa; Natália Faria Resende Castro; Roberta Beijo Duarte; Saôry Txheska Araújo Ferraz; Sirlene Araujo da Rocha Souza; Thais Gomes Ferreira; Valter dos Santos Soares; Wesley Oliveira Cavalcante

Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD)

Representante-Residente Assistente e Coordenadora da Área Programática: Maristela Baioni
Coordenadora da Unidade de Paz e Governança: Moema Freire

Unidade de Gestão de Projetos (UGP)

Gehysa Lago Garcia; Mayara Sena; Michelle Souza; Paula Bahia Gontijo; Thais de Castro de Barros; Thessa Carvalho

Equipe Técnica

Coordenação-Geral

Valdirene Daufemback; Talles Andrade de Souza; Adrianna Figueiredo Soares da Silva; Alexandre Lovatini Filho; Amanda Pacheco Santos; Ana Virgínia Cardoso; André Zanetic; Apoena de Alencar Araripe Pinheiro; Breno Diogo de Carvalho Camargos; Bruna Milanez Nascimento; Daniela Correa Assunção; Debora Neto Zampier; Edson Orivaldo Lessa Júnior; Erineia Vieira Silva; Fernanda Coelho Ramos; Phillippe de Freitas Campos; Francisco Jorge H. Pereira de Oliveira; Gustavo Carvalho Bernardes; Isabelle Cristine Rodrigues Magalhães; Ísis Capistrano; Jamil Oliveira de Souza Silva; José Lucas Rodrigues Azevedo; Karla Bento Luz; Leonam Francisco Toloto Bernardo; Leonardo Sangali Barone; Lidia Cristina Silva Barbosa; Lidiani Fadel Bueno; Liliane Silva; Luciana da Silva Melo; Marcela Elena Silva de Moraes; Mariana Cristina Zampieri; Mayara Miranda; Mário Henrique Ditticio; Natália Caruso Theodoro Ribeiro; Nataly Pereira Costa; Natasha Holanda Cruz; Paulo Henrique Barros de Almeida; Pedro Zavitoski Malavolta; Polliana Andrade e Alencar; Renata de Assunção Araújo; Semilla Dalla Lasta de Oliveira; Sérgio Coletto; Thandara de Camargo Santos; Vivian Delácio Coelho; Walter Vieira Sarmento Júnior; Wesley Alberto Marra; Winnie Alencar Farias; Yasmin Batista Peres

Eixo 1

Fabiana de Lima Leite; Janaina Homerin; Izabella Lacerda Pimenta; Ednilson Couto de Jesus Junior; Julia Faustina Abad; Priscila Coelho; Zuleica de Araújo

Eixo 2

Fernanda Machado Givisiez; Eduarda Lorena de Almeida; Dillyane de Sousa Ribeiro; Iasmim Baima Reis; Sara de Souza Campos

Eixo 3

Felipe Athayde Lins de Melo; Pollyanna Bezerra Lima Alves; Ítalo Barbosa Lima Siqueira; Natália Ribeiro; Sandra Regina Cabral de Andrade; Olívia Maria de Almeida

Eixo 4

Alexander Cambraia N. Vaz; Alexandra Costa; Hely Firmino de Sousa; Alef Batista Ferreira; Alexandre Oliveira Silva; Alison Adalberto Batista; Alisson Lopes de Sousa Freitas; Amanda Sanches Daltro de Carvalho; Ana Rita Reis e Rocha; Anderson Paradelas R. Figueiredo; André Moreira; Andréa Letícia Carvalho Guimarães; Ângela Christina Oliveira Paixão; Ângela Cristina Rodrigues; Angélica Leite de Oliveira Santos; Antônio Rodrigues Pinto Jr.; Áulus Diniz; Benício Ribeiro da Paixão Júnior; Carlos Augusto Gurgel de Sousa; Clara Brigitte Rodrigues Monteiro; Cledson Alves Junior; Cleide Cristiane da Silva; Cristiano Nascimento Pena; Denys de Sousa Gonçalves; Edilene Ferreira Beltrão; Elaine Venâncio Santos; Elenilson Chiarapa; Felipe Carolino Machado; Fernanda de Souza Carvalho Oliveira; Fernanda Rocha Falcão Santos; Filipe Amado; Flávia Franco Silveira; Gildo Joaquim de Alves de A Rêgo; Gustavo Ferraz Sales Carneiro; Heiner de Almeida Ramos; Humberto Adão de Castro Júnior; Jean Carlo Jardim Costa; Jeferson da Silva Rodrigues; Jéssika Braga Petrílio Lima; João Batista Martins; Jorge Lopes da Silva; Josiane do Carmo Silva; Jucinei Pereira dos Santos; Leandro Souza Celes; Leonardo dos Reis Aragão; Leonardo Lucas Ribeiro; Lian Carvalho Siqueira; Lidiani Fadel Bueno; Ligiane Fernanda Gabriel; Luciana Gonçalves Chaves Barros; Lunna Luz Costa; Marcel Phillippe Fonseca; Marcelo de Oliveira Saraiva; Marcelo Pinheiro Chaves; Marcelo Ramillo; Maria Tereza Alves; Martina Bitencourt; Martina Hummes Bitencourt; Matias Severino Ribeiro Neto; Moacir Chaves Borges; Neidijane Loiola; Patrícia Ciocari; Paulo Henrique Barros de Almeida; Rafael Ramos; Raquel Almeida Oliveira Yoshida; Régis Paiva; Renata Martinez; Reryka Rubia Silva; Roberto Marinho Amado; Rodrigo de Santis Vieira da Silva; Rodrigo Louback Adame; Roger Araújo Gonçalves Ferreira; Rogerio Martins de Santana; Rose Marie Santana; Tamiz Lima Oliveira; Tarcia de Brito; Thais Barbosa Passos; Torquato Barbosa de Lima Neto; Vanessa Branco; Virgínia Bezerra Bettega Popiel; Vivian Murbach Coutinho; Wellington Fragoso de Lira; Yuri Bispo

Coordenações Estaduais

Adriana Raquel (GO); Ana Pereira (AL); Camila Belinaso (RS); Cláudia Gouveia (MA); Daniela Bezerra Rodrigues (RN); Daniele Rebouças (MT); Fernanda Nazaré Almeida (PA); Flávia Ziliotto (PR); Gabriela Machado (SC); Higor Cataldo (AP); Isabela Cunha (SE); Jackeline Freire Florêncio (PE); Jaira Magalhães (RR); Juliana Marques Resende (MS); Luanna Marley (AM); Lucas Pereira de Miranda (MG); Lucilene Mol (ES); Mariana Cavalcante de Moura (PI); Mariana Leiras (RJ); Nadja Furtado Bortolotti (CE); Pâmela Dias Villela Alves (AC); Regina Lopes (TO); Thabada Almeida (PB)

Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC)

Diretora do Escritório de Ligação e Parceria do UNODC: Elena Abbati
Interface e Coordenação da Elaboração de Produtos: Ana Paula Penante

Equipe

Flora Moara; Livia Zanatta; Luiza Bastos; Pedro Pacheco; Gabriella Carvalho

PRODUTOS DE CONHECIMENTO

Publicações editadas nas séries Fazendo Justiça e Justiça Presente

PROPORCIONALIDADE PENAL (EIXO 1)

Coleção Alternativas Penais

- Manual de Gestão para as Alternativas Penais
- Guia de Formação em Alternativas Penais I – Postulados, Princípios e Diretrizes para a Política de Alternativas Penais no Brasil
- Guia de Formação em Alternativas Penais II – Justiça Restaurativa
- Guia de Formação em Alternativas Penais III – Medidas Cautelares Diversas da Prisão
- Guia de Formação em Alternativas Penais IV – Transação Penal, Penas Restritivas de Direito, Suspensão Condicional do Processo e Suspensão Condicional da Pena Privativa de Liberdade
- Guia de Formação em Alternativas Penais V - Medidas Protetivas de Urgência e Demais Ações de Responsabilização para Homens Autores de Violências Contra as Mulheres
- Diagnóstico sobre as Varas Especializadas em Alternativas Penais no Brasil
- Levantamento Nacional Sobre a Atuação dos Serviços de Alternativas Penais no Contexto da Covid-19
- 3º Fórum Nacional de Alternativas Penais (FONAPE) - Encarceramento em Massa e Alternativas à Prisão: 30 anos das Regras de Tóquio das Nações Unidas

Coleção Monitoração Eletrônica

- Modelo de Gestão para Monitoração Eletrônica de Pessoas
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para os Órgãos de Segurança Pública
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para a Rede de Políticas de Proteção Social
- Monitoração Eletrônica de Pessoas: Informativo para o Sistema de Justiça
- Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil
- Sumário Executivo Monitoração Eletrônica Criminal: evidências e leituras sobre a política no Brasil

Coleção Fortalecimento da Audiência de Custódia

- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros Gerais (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual sobre Tomada de Decisão na Audiência de Custódia: Parâmetros para Crimes e Perfis Específicos
- Manual de Proteção Social na Audiência de Custódia: Parâmetros para o Serviço de Atendimento à Pessoa Custodiada (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual de Prevenção e Combate à Tortura e Maus Tratos na Audiência de Custódia (sumários executivos em português / inglês / espanhol)
- Manual sobre Algemas e outros Instrumentos de Contenção em Audiências Judiciais: Orientações práticas para implementação da Súmula Vinculante n. 11 do STF pela magistratura e Tribunais (Handbook on Handcuffs and Other Instruments of Restraint in Court Hearings) (Sumários executivos – português / inglês / espanhol)
- Caderno de Dados I – Dados Gerais sobre a Prisão em Flagrante durante a Pandemia de Covid-19
- Cadernos de Dados II – Covid-19: Análise do Auto de Prisão em Flagrante e Ações Institucionais Preventivas
- Manual de Arquitetura Judiciária para a Audiência de Custódia

Coleção Central de Regulação de Vagas

- Central de Regulação de Vagas: Manual para a Gestão da Lotação Prisional
- Folder Central de Regulação de Vagas

UNODC: Manuais de Justiça Criminal – Traduções para o português

- Manual de Princípios Básicos e Práticas Promissoras sobre Alternativas à Prisão
- Manual sobre Programas de Justiça Restaurativa

Materiais informativos

- Cartilha Audiência de Custódia: Informações Importantes para a Pessoa Presa e Familiares
- Relatório Audiência de Custódia: 6 Anos

SOCIOEDUCATIVO (EIXO 2)

- Caderno I – Diretrizes e Bases do Programa – Guia para Programa de Acompanhamento a Adolescentes Pós-cumprimento de Medida Socioeducativa de Restrição e Privação de Liberdade
- CADERNO II – Governança e Arquitetura Institucional – Guia para Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade
- CADERNO III – Orientações e Abordagens Metodológicas – Guia para Programa de acompanhamento a adolescentes pós-cumprimento de medida socioeducativa de restrição e privação de liberdade
- Reentradas e Reiteraões Infracionais: Um Olhar sobre os Sistemas Socioeducativo e Prisional Brasileiros
- Manual sobre Audiências Concentradas para Reavaliação das Medidas Socioeducativas de Semiliberdade e Internação
- Manual Resolução CNJ 367/2021 – A Central de Vagas do Sistema Estadual de Atendimento Socioeducativo
- Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil
- Manual Recomendação nº 87/2021 – Atendimento inicial e integrado a adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional
- Manual para Incidência da Temática do Tráfico de Drogas como uma das Piores Formas de Trabalho Infantil
- Manual Resolução CNJ 77/2009 – Inspeções Judiciais em unidades de atendimento socioeducativo
- Manual de Orientação Técnica para Preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos
- Guia para Preenchimento do Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativas (Cniups) - (Meio Fechado)

CIDADANIA (EIXO 3)

Coleção Política para Pessoas Egressas

- Política Nacional de Atenção às Pessoas Egressas do Sistema Prisional
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais I: Guia para Aplicação da Metodologia de Mobilização de Pessoas Pré-Egressas
- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais II: Metodologia para Singularização do Atendimento a Pessoas em Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional

- Caderno de Gestão dos Escritórios Sociais III: Manual de Gestão e Funcionamento dos Escritórios Sociais
- Começar de Novo e Escritório Social: Estratégia de Convergência
- Guia para monitoramento dos Escritórios Sociais

Coleção Política Prisional

- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno I: Fundamentos Conceituais e Principiológicos
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno II: Arquitetura Organizacional e Funcionalidades
- Modelo de Gestão da Política Prisional – Caderno III: Competências e Práticas Específicas de Administração Penitenciária
- Diagnóstico de Arranjos Institucionais e Proposta de Protocolos para Execução de Políticas Públicas em Prisões
- Os Conselhos da Comunidade no Brasil

SISTEMAS E IDENTIFICAÇÃO CIVIL (EIXO 4)

- Manual de instalação e configuração do software para coleta de biometrias – versão 12.0
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica
- Manual de Identificação Civil e Coleta Biométrica nas Unidades Prisionais
- Folder Documento Já!
- Guia On-line com Documentação Técnica e de Manuseio do SEEU

GESTÃO E TEMAS TRANSVERSAIS (EIXO 5)

- Manual Resolução nº 287/2019 – Procedimentos Relativos a Pessoas Indígenas Acusadas, Rés, Condenadas ou Privadas de Liberdade
- Relatório Mutirão Carcerário Eletrônico – 1ª Edição Espírito Santo
- Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas I
- Relatório de Monitoramento da Covid-19 e da Recomendação 62/CNJ nos Sistemas Penitenciário e de Medidas Socioeducativas II
- Manual Resolução nº 348/2020 – Procedimentos relativos a pessoas LGBTI acusadas, rés, condenadas ou privadas de liberdade
- Relatório Calculando Custos Prisionais – Panorama Nacional e Avanços Necessários
- Manual Resolução nº 369/2021 – Substituição da privação de liberdade de gestantes, mães, pais e responsáveis por crianças e pessoas com deficiência
- Projeto Rede Justiça Restaurativa – Possibilidades e práticas nos sistemas criminal e socioeducativo
- Pessoas migrantes nos sistemas penal e socioeducativo: orientações para a implementação da Resolução CNJ nº 405/2021
- Comitês de Políticas Penais – Guia prático para implantação
- Diálogos Polícias e Judiciário – Diligências investigativas que demandam autorização judicial
- Diálogos Polícias e Judiciário – Incidências do Poder Judiciário na responsabilização de autores de crimes de homicídio: possibilidades de aprimoramento
- Diálogos Polícias e Judiciário – Participação de profissionais de segurança pública em audiências judiciais na condição de testemunhas

- Diálogos Polícias e Judiciário – Perícia Criminal para Magistrados
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Alternativas Penais: medidas cautelares diversas da prisão
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Alternativas Penais: penas restritivas de direitos, suspensão condicional do processo e suspensão condicional da pena
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder A Lei Maria da Penha e as medidas protetivas de urgência
- Diálogos Polícias e Judiciário – Folder Monitoração Eletrônica
- Pessoas LGBTI no Sistema Penal – Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020
- Pessoas LGBTI no Sistema Socioeducativo – Cartilha para implementação da Resolução CNJ 348/2020



Acesse o código QR
e conheça outras
publicações do Programa
Fazendo Justiça



FAZENDO JUSTIÇA



